

Recomeça a negociação da dívida. E o Brasil tem pressa.

Uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) desembarca em Brasília no dia 1º de julho para completar a análise dos números da economia no ano passado, interrompida pela troca de comando no Ministério da Economia, e assim abrir caminho para a negociação de um programa de austeridade. No mesmo dia o Banco Central desembolsará US\$ 900 milhões aos bancos credores, a primeira parcela dos juros atrasados do ano passado. Paralelamente, funcionários brasileiros e executivos do comitê de bancos credores iniciarão em Tóquio um périplo pelos principais centros financeiros internacionais para vender o acordo sobre os juros atrasados, aprovado há dois dias pelo Senado, e aplainar o terreno para um acordo de redução e reestruturação do estoque da dívida.

Embalado pela boa atmosfera criada com a visita do presidente Fernando Collor a Washington, nesta semana, o ritual da negociação começa novamente, e desta vez o Brasil tem pressa, informa de Washington o correspondente **Paulo Sotero**. O País, que no passado resistiu a acordos com o FMI e mais recentemente decidiu que o tempo corria a seu favor (e contra os credores), parece finalmente enxergar sua crescente irrelevância no cenário internacional e tenta recuperar o tempo perdido. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, quer fechar um acordo com o Fundo até agosto, a tempo de tê-lo aprovado antes da próxima assembleia anual do FMI e do Banco Mundial — que marcaria, assim, o reingresso do Brasil na comunidade financeira internacional.

A ironia na reabertura das negociações é que dessa vez pode ocorrer uma inversão de papéis,

com o FMI relutando em fechar o acordo que o governo brasileiro quer. A equipe econômica pede um acordo de três anos, que permita um ajuste lento e gradual da economia e evite novos choques. O governo também quer acesso aos US\$ 6 bilhões que pode receber do FMI ao longo do acordo, para financiar instrumentos de garantia que terá de oferecer aos credores em troca da redução da dívida.

Entretanto, fontes da área econômica do governo norte-americano e de organismos internacionais indicaram ontem que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, deverá insistir em que o Brasil prove antes sua capacidade executar políticas fortes de combate à inflação, adotando um acordo *stand by* com duração de um ano ou pouco mais. Um programa maior poderia evoluir do bom cumprimento do acordo inicial.

Grande passo

O presidente Fernando Collor, que retornou ontem pela manhã a Brasília, ficou satisfeito com as conversações mantidas nos EUA com o presidente George Bush e as autoridades financeiras norte-americanas e internacionais. Collor festejou o início de uma fase “mais pragmática” nas relações Brasil-EUA e, mais especialmente, os contatos estabelecidos em torno da dívida externa.

Na sua opinião, a aprovação pelo Senado do acordo sobre os juros atrasados foi “um grande passo” para um acordo satisfatório de reestruturação do estoque da dívida. “Isso nos permite iniciar a segunda fase da negociação, com os contatos que manteremos com o FMI, os credores privados e o Clube de Paris”, afirmou o presidente.